

# FB

♦ FORMATURA BLINDADA ♦

## OS MAIORES CASOS DE “ESCANDALOS” EM FORMATURA DO BRASIL

— e como todos eles poderiam ter sido evitados —  
*Casos reais. Fontes jornalísticas. Prejuízos documentados.*

**Marcos Roberto Gomes da Silva Filho | OAB/PR 108.795**

**Rafael Bornia Brito | OAB/PR 120.749**

Gomes & Bornia Advogados — Formatura Blindada

## APRESENTAÇÃO

## Sonhos destruídos. Dinheiro desaparecido. E ninguém esperava.

O que você vai ler nas próximas páginas não é ficção. Não são situações hipotéticas. São casos reais, noticiados pela imprensa brasileira, investigados pela polícia, que chegaram ao judiciário — e que deixaram centenas de famílias com prejuízos milionários e sem a festa que haviam sonhado por anos.

Em todos os casos, há um denominador comum: a comissão assinou sem estar preparada. Assinou sem saber com quem estava contratando de verdade. Assinou sem entender as cláusulas do contrato. Assinou sem nenhuma proteção jurídica. E quando os sinais de problema apareceram, já era tarde demais para agir com poder de negociação.

Escolhemos três casos recentes — todos ocorridos entre 2024 e 2025 — que exemplificam, com precisão perturbadora, os diferentes tipos de risco que uma comissão de formatura enfrenta. Analisamos cada um com o olhar de quem trabalha nesse mercado há mais de 10 anos, identificando os momentos exatos em que a história poderia ter tomado um rumo completamente diferente.

Este e-book não foi escrito para criar pânico. Foi escrito para criar consciência — e para demonstrar, com casos concretos, por que a assessoria jurídica preventiva não é um luxo. É uma necessidade.

### Sobre as fontes

Todos os casos descritos neste e-book foram extraídos de reportagens jornalísticas publicadas por veículos de imprensa de abrangência nacional e regional, incluindo CNN Brasil, Estado de Minas, MidiaNews, Olhar Direto e outros. Os links das reportagens originais estão indicados em cada caso. As informações sobre os processos judiciais e investigações policiais foram obtidas das mesmas fontes. A análise sobre como os casos poderiam ter sido evitados é de autoria da Formatura Blindada, com base na experiência jurídica do escritório.

## CASO 01 DE 03

## A empresa que desviou R\$ 12 milhões de turmas de medicina em Minas Gerais.

Phormar Formaturas e Eventos Ltda. | Juiz de Fora, MG | 2024-2025

### — O QUE ACONTECEU —

A Phormar Formaturas e Eventos Ltda., empresa sediada em Juiz de Fora (MG), foi contratada por dezenas de turmas de faculdades para administrar os fundos de formatura — aquele dinheiro que cada formando paga mensalmente ao longo dos anos para financiar a festa.

Em outubro de 2024, as comissões começaram a perceber algo errado: os fornecedores — buffet, decoração, som, local — informavam que não estavam recebendo os pagamentos. A empresa havia assumido obrigações com terceiros sem honrá-las. O dono da Phormar, que até então mantinha boa relação com as comissões, parou de responder.

Em dezembro de 2024, a situação veio à tona com força total. A Polícia Civil de Minas Gerais instaurou inquérito por estelionato e falsidade ideológica. Um juiz determinou o bloqueio de R\$ 1.274.584,81 em contas vinculadas à empresa e seus administradores. A CNN Brasil e o Estado de Minas noticiaram o caso em âmbito nacional.

O rombo total estimado pela polícia chegou a R\$ 12 milhões — dinheiro de múltiplas turmas de universidades como UNIFAA (RJ), Faculdade Suprema, Universidade Federal de Juiz de Fora e outras instituições da Zona da Mata Mineira. Cada estudante de medicina havia investido, individualmente, cerca de R\$ 20 mil para a realização da festa.

<b>Empresa</b>	Phormar Formaturas e Eventos Ltda.
<b>Sede</b>	Juiz de Fora, Minas Gerais
<b>Período</b>	2024-2025
<b>Vítimas</b>	Turmas da UNIFAA (RJ), Faculdade Suprema, UFJF e outras
<b>Prejuízo</b>	Estimado em R\$ 12 milhões (R\$ 1,27 mi só da turma Medicina Eros)
<b>Investigação</b>	Polícia Civil de MG — crimes de estelionato e falsidade ideológica
<b>Fonte</b>	CNN Brasil, Estado de Minas, Acessa.com — dez/2024 e jan/2025

**Reportagens de referência:** CNN Brasil (10/12/2024) · Estado de Minas (11/12/2024) · Acessa.com (12/2024)

### — OS SINAIS QUE NINGUÉM VIU — OU NÃO QUIS VER —

Retrospectivamente, os sinais estavam lá. Um formando entrevistado pelo Diário do Vale revelou: "Fazia festas em todo o Brasil, não tinha processos judiciais nem reclamações. Mantínhamos uma relação muito boa com eles."

É exatamente aqui que mora o perigo. A ausência de reclamações visíveis e a boa relação comercial criaram uma sensação de segurança que não estava baseada em análise técnica real. Ninguém verificou certidões de dívidas trabalhistas e fiscais. Ninguém analisou o fluxo financeiro da empresa. Ninguém investigou se os sócios tinham patrimônio suficiente para responder em caso de problemas. Ninguém verificou como a empresa gerenciava os fundos das outras turmas que administrava simultaneamente.

A comissão de formatura da UFJF relatou que, quando suspeitou de problemas, pediu a rescisão do contrato — mas "só recebemos planilhas, sem o repasse do dinheiro". Outra turma da UFJF tinha R\$ 1 milhão acumulado e só soube do problema quando o dinheiro havia sumido.

***A empresa tinha boa reputação. Mas reputação não é certidão negativa. E aparência de seriedade não é garantia de solidez financeira.***

— COMO A FORMATURA BLINDADA TERIA EVITADO ESSE CASO —

A análise preventiva que realizamos antes de qualquer contratação inclui justamente o que faltou nesse caso:

- ◆ Verificação das certidões negativas de dívidas trabalhistas, fiscais e previdenciárias da empresa e dos sócios — documentos que revelariam passivos ocultos.
- ◆ Análise de como a empresa geria os fundos de formatura: havia conta vinculada exclusiva por turma? Existia previsão contratual que impedisse a mistura dos fundos de turmas diferentes?
- ◆ Verificação do histórico processual — não apenas a ausência de reclamações no Reclame Aqui, mas a consulta a sistemas judiciais que revelam ações em curso.
- ◆ Análise da cláusula de guarda financeira: o contrato estabelecia claramente que o dinheiro do fundo era da turma, não da empresa? Havia mecanismo de auditoria periódica?
- ◆ Contato com fornecedores estratégicos — buffet, local, produtora — para verificar se a empresa honrava seus compromissos comerciais com eles.

### O que um advogado especializado teria feito

Uma análise técnica prévia da Phormar revelaria que a empresa administrava simultaneamente fundos de dezenas de turmas sem segregação adequada entre as contas — uma bomba-relógio financeira. Além disso, a ausência de cláusulas contratuais que garantissem a separação e proteção do fundo de cada turma deixava todas as comissões expostas ao risco de que o dinheiro de uma turma fosse usado para cobrir os compromissos de outra. Com esse diagnóstico em mãos, a comissão teria dois caminhos: exigir alterações contratuais específicas antes de assinar, ou simplesmente não contratar.

### O custo humano que os números não mostram

A turma Medicina Eros, com 2.400 convidados esperados para 18 de janeiro de 2025, viu a festa cancelada dias antes. Estudantes que haviam investido R\$ 20 mil cada — em muitos casos com o esforço de suas famílias — precisaram recorrer a vaquinhas online para tentar realizar alguma celebração. O advogado que os representou afirmou que o ocorrido "não só afetou financeiramente, mas também gerou grande estresse emocional." Nenhuma decisão judicial consegue devolver esse dia.

## CASO 02 DE 03

## O golpe planejado com quatro meses de antecedência. R\$ 7 milhões. Mil vítimas.

Imagem Eventos | Cuiabá, MT | 2024–2025 | Operação Ilusion

### — O QUE ACONTECEU —

Na manhã de 31 de janeiro de 2025, o casal Márcio Nascimento e Eliza Severino publicou uma nota nas redes sociais comunicando o encerramento das atividades de suas empresas, a Imagem Eventos e a Graduar Decoração e Fotografia. A notícia pegou de surpresa funcionários, formandos e seus familiares.

Aproximadamente mil estudantes de mais de 40 turmas de universidades e faculdades de Cuiabá, Várzea Grande e municípios do interior de Mato Grosso e Rondônia viram seus sonhos de formatura desaparecerem junto com a nota. A maioria eram alunos de medicina, odontologia e cursos de saúde — mas havia também turmas de escolas públicas e particulares.

O que veio depois foi ainda mais perturbador. As investigações da Polícia Civil de Mato Grosso, conduzidas pela Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor (Decon), revelaram que o casal planejava encerrar as atividades pelo menos quatro meses antes de efetivamente fechar as portas — ou seja, desde setembro de 2024. E mesmo sabendo disso, continuaram fechando novos contratos, exigindo pagamentos à vista, fazendo promoções com descontos e ocultando materiais fotográficos de eventos já realizados para vendê-los depois.

O prejuízo estimado superou R\$ 7 milhões. Em maio de 2025, a Polícia Civil deflagrou a Operação Ilusion — nome escolhido para representar a ilusão que os empresários haviam criado em centenas de famílias. Mandados de prisão preventiva foram expedidos. O casal, já foragido, havia se mudado para Maringá (PR) e João Pessoa (PB). A sócia se entregou na delegacia de Maringá.

<b>Empresas</b>	Imagem Eventos + Graduar Decoração e Fotografia
<b>Sede</b>	Cuiabá, Mato Grosso
<b>Período</b>	Encerramento em jan/2025 · Operação Ilusion em mai/2025
<b>Vítimas</b>	~1.000 formandos de +40 turmas em MT e RO
<b>Prejuízo</b>	Estimado em R\$ 7 milhões
<b>Crimes</b>	Contra o patrimônio, relações de consumo e associação criminosa
<b>Penas</b>	Podem chegar a 13 anos de prisão + multa
<b>Fonte</b>	CNN Brasil, MidiaNews, Olhar Direto, Estadão MT — mai/2025

**Reportagens de referência:** CNN Brasil (20/05/2025) · MidiaNews · Olhar Direto · CPA Notícias

### — O GOLPE DENTRO DO GOLPE: A PREMEDITAÇÃO —

O que torna esse caso particularmente chocante não é apenas a magnitude do prejuízo — é a premeditação. O delegado responsável pelas investigações, Rogério Ferreira, declarou: "Eles agiram com premeditação. Já planejavam encerrar as atividades pelo menos quatro meses antes de fechar oficialmente."

Durante esses quatro meses, enquanto sabiam que iriam fechar, continuaram: assinando novos contratos com novas turmas, exigindo pagamentos à vista em vez das parcelas mensais normais, lançando promoções

para atrair mais pagamentos antecipados, ocultando 23 cartões de memória com fotos de eventos não entregues para vendê-los depois, e movendo-se para outros estados para preparar a fuga.

O delegado também revelou que o casal havia criado uma rede de empresas para dar aparência de legalidade ao esquema — estrutura que, em uma due diligence técnica, seria identificada como um sinal claro de alerta.

***Não existe análise de avaliação no Google ou Reclame Aqui que revele uma empresa que ainda não fechou as portas mas já planejou fechar. Isso só aparece quando você vai além da superfície.***

#### — OS SINAIS QUE UMA DUE DILIGENCE TÉCNICA REVELARIA —

Em setembro de 2024 — quando o golpe estava sendo planejado —, a análise técnica de um advogado especializado já revelaria sinais relevantes:

- A mudança repentina para exigência de pagamentos à vista, em vez do parcelamento mensal tradicional, é um red flag clássico: empresas em dificuldade financeira tentam antecipar caixa.
- A criação de empresas paralelas (a Graduar Decoração e Fotografia surgiu ao lado da Imagem Eventos) é uma estrutura frequentemente utilizada para diluir responsabilidades e dificultar o rastreamento de bens.
- As promoções agressivas com descontos, especialmente para pagamento antecipado, são um comportamento típico de empresas em colapso iminente.
- A verificação de regularidade fiscal e tributária teria revelado a situação financeira real da empresa — que estava longe da solidez que aparentava.

#### O que um advogado especializado teria feito

A due diligence que realizamos inclui a verificação de certidões fiscais e trabalhistas, análise do histórico societário (para identificar empresas paralelas e mudanças recentes na estrutura societária), contato com fornecedores estratégicos para entender como a empresa pagava suas obrigações e análise do modelo contratual. Em setembro de 2024, todos esses elementos apontariam para uma empresa em situação de risco — e a comissão que contratasse nossa assessoria naquele momento seria orientada a não assinar ou, no mínimo, a exigir garantias que a empresa não poderia oferecer. Isso por si só salvaria a turma.

#### O que aconteceu com os formandos depois

Além de perderem a formatura, muitos estudantes precisaram buscar reembolso individualmente na Justiça. A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 7 milhões em bens e contas dos investigados — mas dinheiro bloqueado na fase de investigação não significa dinheiro devolvido de forma rápida. Enquanto aguardam os desdobramentos judiciais, os formandos estão sem a festa e sem os recursos que levaram anos para arrecadar.

## CASO 03 DE 03

## A empresa que recebeu R\$ 80 mil antecipados de 22 turmas e não entregou nada.

Book Convites | Belo Horizonte, MG | 2025

### — O QUE ACONTECEU —

Uma empresa de convites de formatura sediada em Belo Horizonte (MG), identificada como Book Convites, causou prejuízo financeiro a 22 turmas de cursos e faculdades diferentes de todo o Brasil. O modus operandi era simples e eficiente: a empresa firmava contrato com as comissões, exigia o pagamento adiantado de valores expressivos — no caso da turma de medicina da Faminas (Faculdade de Minas), o adiantamento exigido foi de R\$ 80 mil —, estabelecia prazos de entrega, e simplesmente não entregava.

Gabriel Duarte, presidente da comissão de formatura de medicina da Faminas, relatou à CNN Brasil que sua turma havia entrado em contato com a empresa em novembro de 2024. A Book Convites confirmou que os convites seriam entregues até 29 de abril de 2025. A turma realizou o pagamento antecipado de R\$ 80 mil, conforme exigido pela empresa, que alegou que sem o adiantamento não poderia continuar a produção.

O prazo passou. Os convites não foram entregues. A comissão entrou em contato. A empresa prometeu uma nova data: 16 de maio. Essa data também passou. Nada foi entregue. E a empresa continuava sendo investigada por fazer exatamente a mesma coisa com outras 21 turmas.

<b>Empresa</b>	Book Convites
<b>Sede</b>	Belo Horizonte, Minas Gerais
<b>Período</b>	2024–2025
<b>Vítimas</b>	22 turmas de cursos e faculdades de todo o Brasil
<b>Modelo</b>	Exigia pagamento integral antecipado (até R\$ 80 mil por turma)
<b>Golpe</b>	Descumpriu prazos após receber valores; não entregou os convites
<b>Investigação</b>	Investigada por estelionato
<b>Fonte</b>	CNN Brasil — junho/2025

**Reportagem de referência:** *CNN Brasil (15/06/2025)*

### — O GATILHO QUE NINGUÉM QUESTIONOU: PAGAMENTO ANTECIPADO INTEGRAL —

Este caso tem uma característica que o torna especialmente relevante como lição: a empresa não apenas exigiu pagamento adiantado — ela justificou essa exigência com um argumento que soou razoável: "O produto não pode continuar sendo produzido sem o adiantamento."

E a comissão pagou. R\$ 80 mil, antecipados, sem nenhuma garantia real de entrega além da promessa e de um contrato cujas cláusulas provavelmente não estabeleciam penalidades suficientemente dissuasórias para o não-cumprimento.

A exigência de pagamento antecipado integral — especialmente em valores desta magnitude — é um red flag clássico no mercado de formaturas. Empresas sérias trabalham com cronogramas de pagamento vinculados a marcos de entrega. Empresas que precisam de todo o dinheiro na frente, antes de entregar qualquer coisa, frequentemente têm problemas de fluxo de caixa ou simplesmente não têm intenção de cumprir.

***Quando uma empresa exige pagamento antecipado integral como condição para continuar o serviço, a pergunta certa não é 'quanto pagamos?' — é 'por que eles precisam de todo o dinheiro antes de entregar qualquer coisa?'***

— A REPETIÇÃO DO PADRÃO COM 22 TURMAS —

O aspecto mais revelador desse caso é a escala. Não foi uma única turma que foi enganada — foram 22. Isso significa que, ao longo de meses, a empresa repetiu exatamente o mesmo padrão com dezenas de comissões diferentes, em estados diferentes, em cursos diferentes.

Isso revela dois problemas estruturais: primeiro, nenhuma dessas turmas verificou o histórico da empresa com outras comissões antes de contratar. Segundo, nenhuma delas compartilhou a experiência negativa de forma eficaz enquanto o problema ainda estava se desenvolvendo — o que permitiu que o mesmo esquema se repetisse 22 vezes.

Uma due diligence adequada — que inclui o contato direto com comissões que a empresa havia atendido anteriormente — teria identificado esse padrão antes que a turma assinasse qualquer coisa.

— COMO A FORMATURA BLINDADA TERIA EVITADO ESSE CASO —

- ◆ Análise do histórico de entrega da empresa: o contato direto com outras comissões que a Book Convites havia atendido revelaria um padrão de atrasos e não-entregas.
- ◆ Recusa ou renegociação da cláusula de pagamento antecipado integral: nenhuma empresa séria de convites precisa de 100% do valor antes de entregar. Esse modelo de pagamento deveria ter sido recusado ou vinculado a marcos de entrega com comprovação.
- ◆ Inclusão de cláusulas de penalidade real: o contrato deveria prever multas expressivas em caso de não-entrega no prazo — não apenas a devolução do valor pago, mas um percentual de multa que tornasse o descumprimento desvantajoso para a empresa.
- ◆ Cláusula de rescisão imediata com devolução integral: em caso de não-entrega na primeira data prometida, a comissão teria o direito de rescindir imediatamente e exigir devolução integral do valor, com multa.
- ◆ Verificação de solidez financeira: certidões negativas e análise de situação cadastral da empresa, que frequentemente revelam empresas em dificuldade que recorrem ao adiantamento de clientes como forma de financiamento.

**O que um advogado especializado teria feito**

A análise do contrato da Book Convites teria identificado imediatamente a ausência de penalidades adequadas para o não-cumprimento do prazo e a cláusula de pagamento antecipado como um risco alto. A recomendação seria clara: ou a empresa aceita um cronograma de pagamento vinculado a marcos de entrega (por exemplo, 30% na assinatura, 40% na aprovação da arte final e 30% na entrega), ou a turma não contrata. Se a empresa recusar essa negociação, isso por si só é um sinal de alerta suficiente para descartar a contratação.



## O QUE OS TRÊS CASOS TÊM EM COMUM

# O padrão que se repete — e que pode ser quebrado antes de acontecer.

Três casos diferentes. Três estados diferentes. Três tipos de empresa diferentes. Mas quando olhamos para os fatos com atenção, o mesmo padrão aparece em todos:

### 1. A comissão não analisou tecnicamente a empresa antes de contratar.

Em nenhum dos três casos havia sido feita uma due diligence técnica antes da assinatura. As comissões basearam suas decisões na reputação aparente, na qualidade das apresentações comerciais e na relação pessoal com os representantes — não em dados verificáveis.

### 2. Os contratos não tinham proteção adequada para a turma.

Cláusulas vagas, ausência de penalidades dissuasórias, pagamentos antecipados sem vinculação a marcos de entrega, falta de mecanismos de rescisão imediata. Os contratos foram redigidos para proteger as empresas — não as turmas.

### 3. Os sinais de alerta estavam presentes antes do colapso.

Na Phormar, os fornecedores pararam de receber pagamentos meses antes do escândalo vir a público. Na Imagem Eventos, a mudança para exigência de pagamento à vista e as promoções agressivas eram sinais claros de dificuldade financeira. Na Book Convites, a exigência de R\$ 80 mil antecipados deveria ter levantado questões imediatas. Nenhum desses sinais foi identificado a tempo porque ninguém estava olhando para eles com olhos técnicos.

### 4. Quando a comissão percebeu o problema, já era tarde demais.

Em todos os casos, a comissão só tomou conhecimento do problema quando o dinheiro já havia sumido ou o serviço já estava comprometido. O momento de agir é antes — não depois.

***A análise que o advogado faz antes da assinatura custa uma fração do que a ação judicial custa depois. E ainda assim, o judiciário não devolve o dia que não aconteceu.***

	Caso 1 — Phormar	Caso 2 — Imagem Eventos	Caso 3 — Book Convites
Estado	Minas Gerais	Mato Grosso	Minas Gerais
Prejuízo	~R\$ 12 milhões	~R\$ 7 milhões	R\$ 80 mil/turma × 22 turmas
Vítimas	Múltiplas turmas de medicina e outras	~1.000 formandos, 40+ turmas	22 turmas em todo o Brasil
Sinal ignorado	Fornecedores sem receber	Exigência de pagamento à vista	Pagamento antecipado integral
Proteção contratual	Ausente	Ausente	Ausente
Desfecho	Investigação policial, bloqueio de contas	Operação Ilusion, prisão preventiva, foragidos	Investigação por estelionato

## PARA ENCERRAR

# O sonho da formatura merece proteção real.

Os três casos que você acabou de ler representam, juntos, mais de R\$ 19 milhões em prejuízo e mais de mil famílias que viram anos de expectativa desaparecerem. E todos aconteceram em um período de menos de dois anos — 2024 e 2025.

A pergunta que fica não é "isso pode acontecer com a minha turma?" — é "o que a minha comissão está fazendo agora para garantir que não aconteça?"

A Formatura Blindada foi criada para responder a essa pergunta de forma concreta. Não com promessas genéricas, mas com análise técnica real, feita por advogados que conhecem esse mercado por dentro — que já estiveram do lado das empresas, das comissões e do judiciário.

Nossa atuação começa antes de qualquer assinatura, quando a comissão ainda tem poder de negociação e pode agir com informação de qualidade. E inclui tudo que faltou nos três casos deste e-book: análise da empresa, revisão de contratos, verificação de fornecedores, estruturação jurídica da comissão e orientação estratégica em cada etapa.

## *Antes de assinar, blinde sua turma.*

**Formatura Blindada — Gomes & Bornia Advogados**

WhatsApp: (44) 99180-0642

✉ marcos@gomesebornia.com.br

📷 @formaturablindada

🌐 formaturablindada.com.br

Marcos Roberto Gomes da Silva Filho | OAB/PR 108.795

Rafael Bornia Brito | OAB/PR 120.749

© 2025 Formatura Blindada. Todos os direitos reservados.